

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 100ª Reunião Ordinária da CT-RN – 28/04/2021 - 09h00

Reunião por videoconferência

Membros presentes	
Entidade	Representante
A.J.U.D.E.	Olin Hendrick Brambilla (T)
APTA	Cláudia Mira Attanasio (T)
ASSEMAE	Natália de F. Colesanti Perlette (S)
CRDS	Henrique Bellinaso (T)
Consórcio Pirai	Francisco A Moschini (T) Roberto Mário Polga (S)
Cooperativas Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
DAAE Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (S)
DAE Jundiaí	Maria Carolina H D e Simões (T) Cláudia Debroi de Campos (S)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Mônica Tortelli (T)
Fundação José Pedro de Oliveira	Cristiano Krepsky (T)
INEVAT	Cláudia Grabher (T) Francisco A Moschini (S)
IPT	Maria Lúcia Solera (T)
IZ/APTA	João José A. de A. Demarchi (T)
Jaguatibaia	José Carlos Perdigão (T)
P.M. de Campinas	Juliano Braga (T) Sueli Aparecida Thomaziello (S)
P.M. de Hortolândia	Paulo José Mancuso (T)
P.M. de Jundiaí	Ana Maria Martins R P Pires (T)
SAA	Henrique Bellinaso (T)
SABESP	Adilson Octaviano
SANASA	Natália de F. Colesanti Perlette (T)
SIMA/CFB	Juliana Carolina Fatuch
SIMBiOSE	Cláudia Debroi de Campos (S)

Membros Ausentes (Entidades)
AAMHOR
AEAA Atibaia e Região
Associação Renovar
DAEE
Fundação Florestal
IP/APTA/SAA
IPÊ
Mackenzie - Campinas
P.M. de Campo Limpo Pta
P.M. de Charqueada
P.M. de Cordeirópolis
P.M. de Itatiba
P.M. de Itupeva
P.M. de Jaguariúna
P.M. de Jarinu
P.M. de Joanópolis

P.M. de Limeira
P.M. de Nova Odessa
P.M. de Paulínia
P.M. de Rio Claro
P.M. de Salto
P.M. de Várzea Pta
P.M. de Vinhedo
PUC Campinas
SAAE Indaiatuba
Suprema
UNICAMP / IB

Convidados		
Entidade	Representante	
Agência das Bacias PCJ	Bruno Aranda	
	Marcos Eduardo Cazzonato	
	Rebeca Cristine F da Silva	
	Tiago Georgette	
	Bruna Juliani	
	Fábio Coca	
	Felipe Requena	
	Ivan Gerdzijauskas	
	Kaique Barretto	
	Leonardo Baumgratz	
	Mateus Ismael	
	CDRS Nova Odessa	André Xavier M Barreto
	CETESB	Marcos Zanaga Trapé
	Consórcio PCJ	Andrea Borges
	ESALQ/USP	Ricardo Ribeiro Rodrigues
GAEMA PCJ	Flaviana Maluf	
GAEMA Pontal do Paranapanema	Fernando Henrique Camargo Jardim	
IAC	Rinaldo Calheiros	
IZ/APTA	Simone Raymundo de Oliveira	
P.M. de Campinas	Rogério Menezes	
P.M. de Limeira	Meire Bassan	
SIMA/SE-PCJ	André Luiz Sanchez Navarro	
SIMA CFB	Maitê Sandoval	
Terceira Via	Nelson Luiz Neves Barbosa	
TNC	Henrique Bracale	
Sem identificação de entidade	Luciana Giatti	

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Pré-reunião: Aos vinte e oito dias do mês de abril de 2021, remotamente por meio da plataforma de videoconferência *Google Meet*, conforme regulamentado na Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 113/20, de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 100ª Reunião Ordinária da CT-RN – 28/04/2021 - 09h00

Reunião por videoconferência

22/05/2020 e Nota Técnica 01/2020, o Sr. João José A. de A. Demarchi, representante do Instituto de Zootecnia – Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (IZ-APTA) e coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) abriu a reunião e agradeceu a presença de todos informando que a pauta, a convocação e demais documentos foram enviados previamente no dia 21/04/2021. Parabenizou e agradeceu também a presença dos ex-coordenadores da CT-RN que atenderam ao convite e puderam estar presente na reunião. Na sequência, passou a palavra para o Sr. André Luiz Sanchez Navarro, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL. O Sr. André parabenizou a atual coordenação, os antigos coordenadores e o grupo pelo empenho e trabalho realizado ao longo de suas 100 (cem) reuniões que desde a data de **15 de abril de 1994** vem trabalhando para incrementar e ampliar a proteção dos mananciais das Bacias PCJ e conclamou a todos a continuar construindo essa História, tendo como alguns marcos importantes o Plano Diretor de Recomposição Florestal de 2005, a Política de Proteção aos Mananciais das Bacias PCJ no ano de 2015, o Plano Diretor de Restauração Florestal de 2018, culminando nos trabalhos do Caderno Temático de Conservação e Uso da Água no Meio Rural e Recuperação Florestal que compôs o Plano das Bacias PCJ 2020-2035 aprovado em 2020 e instou os membros a continuarem este profícuo trabalho de mobilização da sociedade, tão necessário para possibilitar água em quantidade e qualidade como as Bacias PCJ demandam. **2. Secretaria (item 2 da pauta):** **2.1. Aprovação da ata:** O Sr. Demarchi explicou que a minuta de ata da 99ª Reunião Ordinária da CT-RN realizada em 24/02/2021, foi enviada a todos antecipadamente e questionou os membros se haveria a necessidade de leitura da minuta de ata, sendo dispensada por todos. Na sequência, o Sr. Demarchi colocou a minuta de ata da 99ª Reunião Ordinária da CT-RN, em votação sendo aprovada por unanimidade. **2.2. Informes Gerais: a) Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas (07/maio 9 h – transmissão via Youtube) Apresentação do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ – fase 2 dos Grupos de Trabalho:** o Sr. Demarchi convidou a todos para acompanharem a apresentação da fase 2 do Planejamento Estratégico que será uma importante ferramenta para os Comitês PCJ ampliarem o seu trabalho, e dentro das atribuições da CT-RN, podendo se aproximar mais dos produtores e ampliando a consciência acerca da preservação dos mananciais. O Sr. Demarchi ressaltou também que a gravação ficará disponível posteriormente para ser acessada; **2.3. Informes dos Grupos de Trabalho / Agência de Bacias PCJ (Política de Mananciais PCJ):** Na sequência, o Sr. Demarchi apresentou o importante trabalho realizado pelos GTs e que possibilitam

a promoção de importantes políticas públicas para preservação e conservação dos mananciais das Bacias PCJ. Pela importância da pauta do dia, o Sr. Demarchi passou diretamente para a apresentação; **2.4. Alteração de representantes de membros da CT-RN:** O Sr. Demarchi informou que recebeu ofício encaminhado pela superintendente do Consórcio Intermunicipal do Rio Pirai - CONIRP, alterando os representantes, passando a constar o Sr. Francisco Antonio Moschini como titular e o Sr. Roberto Mario Polga como suplente; **3. Apresentação: “Os desafios de escala e socioeconômicos da restauração florestal nessa década”. Palestrante: Professor Dr. Ricardo Rodrigues (LERF - ESALQ / USP):** Na sequência, o Sr. Demarchi agradeceu a participação e convidou o Prof. Dr. Ricardo Rodrigues do Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (LERF-ESALQ/USP). O professor Ricardo possui graduação em Ciências Biológicas pela UNICAMP (1983), mestrado (1986) e doutorado (1992) em Biologia Vegetal pela UNICAMP. Professor titular do Departamento de Ciências Biológicas da ESALQ/Universidade de São Paulo, credenciado na pós-graduação da Universidade de São Paulo (nos programas: Recursos Florestais e Ecologia Aplicada) e da Universidade Estadual de Campinas (no programa Biologia Vegetal). De agosto de 2004 a março de 2009 foi Coordenador do Programa BIOTA da FAPESP. Atua na área de Ecologia, com ênfase em Ecologia de Ecossistemas, Ecologia Aplicada e Botânica Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: florística e ecologia de florestas naturais, restauração ecológica de áreas degradadas. O prof. Ricardo agradeceu a oportunidade e o mérito de poder estar em uma reunião tão simbólica e iniciou sua apresentação “Os desafios de escala e socioeconômicos da restauração florestal nessa década”, onde nesta década, período 2021-2030, se dá por conta da decisão da Organização das Nações Unidas (ONU) por promover a década da restauração de ecossistemas. O prof. Ricardo agradeceu a oportunidade de poder apresentar o trabalho realizado pelo Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal (LERF) que tem seus trabalhos e publicações disponibilizados no sítio eletrônico <<http://lerf.esalq.usp.br/>>. Seguiu explicando a importância que o Brasil possui para a produção de alimentos, onde segundo projeções do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (*United States Department of Agriculture - USDA*), o Brasil poderá ofertar por volta de 41% (quarenta e um por cento) da oferta mundial de alimentos no período de 2026-2027. E esse processo de produção tem seu processo histórico de desenvolvimento passando pelos ciclos de produção como o pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, café,



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 100ª Reunião Ordinária da CT-RN – 28/04/2021 - 09h00

Reunião por videoconferência

retornando para cana-de-açúcar e outras *commodities* atualmente, como soja e gado. E esses ciclos se deram pela expansão da fronteira agrícola com ações de desmatamento, por meio de fogo, e substituição por pastos e lavouras. Explicou também que a expansão causada por fogo gera destruição de áreas sem a mínima aptidão para a agropecuária. Apresentou o processo de desenvolvimento da legislação de proteção, desde a publicação da primeira versão do Código Florestal de 1934, passando pelas reformulações de 1965 e 1989 até chegar à nova versão como a **Lei de Proteção da Vegetação Nativa**, aprovada por meio da lei nº 12.651/2012 e conhecida como “**Novo Código Florestal**” que foi um grande retrocesso ambiental, já que assimilou índices de proteção sem qualquer lastro técnico que a justifique para garantir a efetiva proteção ambiental da área. Um dos benefícios da nova lei é a obrigação da realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Plano de Regularização Ambiental (PRA). Assim, as propriedades registradas no CAR e que possuem passivos ambientais, poderão elaborar Plano de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) com as ações de recuperação e se comprometerem por meio da assinatura de um Termo de Compromisso Ambiental (TCA) junto aos órgãos de controle. Explicou que por meio da Lei nº 13.887 de 17 de outubro de 2019, que alterou a regulamentação do CAR, tornou-o não obrigatório, mas exigiu sua existência como requisito para adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). Determinou também que os estados estabelecerão as normas de caráter geral do CAR e os estados que não as criarem deverão seguir os critérios estabelecidos pela União. Sobre a adequação ambiental no estado de São Paulo, apresentou o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado de São Paulo (SICAR-SP). Explicou que a estimativa de *déficit* de Áreas de Preservação Permanente (APP) no estado de São Paulo está na grandeza de 768.580 ha (setecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e oitenta hectares) em 237.148 (duzentos e trinta e sete mil, cento e quarenta e oito) propriedades, sendo então que 90% (noventa por cento) do *déficit* estão em 14,2% (catorze por cento e dois décimos) das propriedades, ou seja, 48.555 (quarenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e cinco) propriedades. Já para Reserva Legal (RL), o *déficit* no estado de São Paulo está estimado em 367.404 ha (trezentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quatro hectares) em 9.654 (nove mil, seiscentos e cinquenta e quatro) propriedades, sendo que 90% (noventa por cento) estão em 6.249 (seis mil, duzentos e quarenta e nove) propriedades o que representa 1,8% (um por cento e oito décimos) das propriedades. Assim, o passivo no estado de São Paulo está na ordem de 1.135.984 ha (um milhão, cento e trinta e cinco mil, novecentos e oitenta e quatro hectares), sendo ocupado em quase 75%

(setenta e cinco por cento) pela cultura da cana-de-açúcar e pastagens. Destacou também o site sobre a implementação da restauração no município de Piracicaba/SP que está disponível em comoregularizar.wixsite.com/comoregularizar. Já para o Brasil, apresentou que 90% (noventa por cento) do *déficit* de APP está em 9% (nove por cento) das propriedades e a de RL estão em 2% (dois por cento). Quanto à avaliação dos benefícios para a natureza e para as pessoas gerados pela restauração, o Prof. Ricardo destacou a oportunidade de restaurar aproveitando o potencial de regeneração natural da vegetação, sendo que outras áreas que tiveram uso mais intensivo pela agricultura, ações mais técnicas serão necessárias, como plantios de mudas e retiradas de culturas agrícolas remanescentes. Quanto às condições socioeconômicas, o prof. Ricardo relatou que deve haver estratégias diferenciadas para pequenas, médias e grandes empresas. Assim, para pequenos produtores, foi apresentada a seguinte proposta: a) para APPs a restauração com Sistemas Agroflorestais (SAF) não-madeireiros; b) para a RL, a restauração com SAFs em áreas agrícolas de baixa aptidão, podendo gerar recursos para o proprietário e podendo contar como área de compensação para outros grandes proprietários compensar nestas áreas; c) para os fragmentos florestais, o manejo dos fragmentos florestais com conservação e aproveitamento econômico com atividades complementares como atividades melíferas e ornamentais; d) melhoria das áreas agrícolas de alta aptidão, com tecnificação da pecuária e melhoria de práticas agrossilvopastoris. Assim, evitam-se ações de êxodo rural, onde o próprio proprietário assume o processo de restauração podendo ser financiado por mecanismos como Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e compensações de RL de grandes propriedades. Apresentou também experiência realizada em Moçambique com plantio de uma faixa de proteção de nascentes e beiras de rios com SAFs em faixas no entorno externo e faixa de bananeiras no entorno interno em áreas úmidas garantindo a preservação dos recursos hídricos. Para as áreas de grandes propriedades, a proposta consiste na seguinte sequência: a) restauração para conservação das APPs sem aproveitamento econômico; b) para as áreas de baixa aptidão agrícola a restauração como estratégia de regularização da RL da propriedade e com compensação em outras propriedades de pequenos produtores e; c) certificação ambiental da produção para obtenção de valores superiores no processo comercialização de produtos e serviços oferecidos por propriedades em processo de regularização ambiental. O Prof. Ricardo ressaltou que esse processo de regularização pode ser grande impulsionador para recuperação socioeconômica pós-pandemia, já que há a identificação de potencial de geração de uma vaga de trabalho para cada meio

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 100ª Reunião Ordinária da CT-RN – 28/04/2021 - 09h00

Reunião por videoconferência

hectare restaurado. Como base de informação, apresentou diversas bibliografias, com destaque para o Relatório Temático sobre Restauração de Paisagem e Ecossistemas disponível para *download* no *link* < <https://www.bpbes.net.br/produto/restauracao/>> e para a Cartilha “Em dia com a natureza” para conversão de multas ambientais realizada em parceria com o Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais (IBAMA) disponível no link < http://www.lerf.eco.br/img/publicacoes/Manual%20Ibama_convers%C3%A3o%20de%20multas.pdf>. Após a apresentação, o Sr. Demarchi agradeceu a excelente palestra e abriu para discussão, convidando os ex-coordenadores e os demais representantes para se manifestarem. O Sr. Petrus Weel (Cooperativas de Holambra) parabenizou pela apresentação e questionou sobre ações que diminuam a erosão pluvial em eventos de grande intensidade, como na região de Jundiá/SP que tem sido fruto de trabalho para desenvolver seu Plano de Macrodrenagem do Rio Jundiá. O Prof. Ricardo informou que qualquer ação de restauração florestal deve preceder de ações de melhoria das condições de solo com medidas de redução do endurecimento do solo, e controle de erosões. Apresentou como exemplo os trabalhos realizados em Jundiá/SP e Itu/SP onde mais de 300 ha (trezentos hectares) de áreas de pastos degradados foram restauradas gerando melhores serviços ambientais e maior retorno financeiro para os proprietários. O Sr. Nelson Barbosa (Terceira Via) parabenizou a apresentação do Prof. Ricardo e relatou experiências de adubação verde como controle de erosão e aumento da infiltração de água. O Prof. Ricardo explicou que tem trabalhado com a prática de adubação verde desde 2006 e tem acompanhado reduções substanciais do custo do processo de restauração. O Sr. Rinaldo Calheiros (IAC) questionou sobre os custos da restauração, apresentando experiência realizada no estado do Amapá com o uso de sementes. O Prof. Ricardo informou que a prática de restauração com uso de sementes evoluiu bastante nos últimos anos e destacou que a experiência tem mostrado bons resultados com o uso conjugado de sementes de alta capacidade de germinação e uso de mudas de qualidade, que pode diminuir o custo da restauração de R\$20 mil (vinte mil reais) para até R\$9 mil (nove mil reais) por hectares em processo de dois anos de restauração. O Sr. Demarchi ressaltou a importância dessas práticas para o produtor e a importância dos trabalhos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que muito colabora com os produtores rurais, mas são pouco valorizados pelos governos e questionou o Prof. Ricardo sobre sua perspectiva para as ações de restauração florestal atualmente. O Prof. Ricardo destacou que vê positivamente o incremento dos trabalhos de restauração dos produtores para atender

demandas legais e também com o aumento da percepção dos produtores de que não adianta comprometer sua imagem por pequena fração de suas propriedades e sim, incrementar os trabalhos nas áreas produtivas legais para atender sistemáticas de avaliação positiva do mercado como, por exemplo, o Programa RenovaBio, do Ministério de Minas e Energia (MME) do Governo Federal e que garante benefícios econômicos para os produtores rurais de cana-de-açúcar. Apresentou também a experiência de priorização de áreas para restauração ambiental realizado pelo Comitê da Bacia do Turvo Grande (CBH-TG). O Sr. Paulo Mancuso (PM de Hortolândia/SP) apresentou o problema do uso de APPs urbanas como áreas de infraestrutura verde na área urbana e a prática indiscriminada de queimadas e questionou sobre o uso de gado em áreas de restauração com práticas silvipastoris. O Prof. Ricardo explicou que tem sido discutida a adoção de animais para controle inicial de gramíneas em área de restauração do bioma cerrado, mas somente num primeiro momento. O Sr. Nelson Barbosa destacou a experiência realizada em Pederneiras/SP onde o gado foi usado positivamente e incentivou o uso de novilhas que tem uma atuação mais leve no impacto nas mudas. O Sr. Paulo Mancuso questionou também sobre o uso de sementes em práticas de nucleação de restauração. O Prof. Ricardo explicou que essa prática pode ser interessante, mas tem que se cuidar com a questão de competição com gramíneas que pode inviabilizar essa prática. O Sr. Francisco Moschini (INEVAT e CONIRP) destacou o trabalho realizado no passado, com o apoio do Prof. Ricardo, na preservação ambiental em Piracicaba/SP atuando contrariamente à instalação de aterro de resíduos perigosos sem controle ambiental, que foi liderado pela Sociedade de Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba (SODEMAP). **4. Palavra de ex-coordenadores da CT-RN: a) Marcos Zanaga Trappé (CETESB) – 1º coordenador da CT-RN. Coordenação mandatos: 1993/95; 2001/03; 2007/09 e 2009/11 (coordenador):** agradeceu a oportunidade e relatou o trabalho e desafios superados na época de criação da CT-RN, que por ser uma CT que saía do âmbito de atuação com foco em ações de melhoria do saneamento básico, não era “bem visto” pelos demais membros dos Comitês PCJ; **b) Carlos Alberto de Aquino (PM de Atibaia) – mandatos 2003/05 e 2005/07:** agradeceu a oportunidade e ressaltou o trabalho realizado desde a fundação do Consórcio PCJ, anterior aos Comitês PCJ, e destacou os trabalhos de evolução dos temas como o uso de espécies agrícolas no processo de restauração de APPs e como isso pode auxiliar atualmente, sendo técnicas interessantes para apoiar os técnicos que atuam junto aos produtores. Falou sobre as experiências de ecogênese de restauro natural paisagísticas na região de Bertiooga/SP em

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS Ata da 100ª Reunião Ordinária da CT-RN – 28/04/2021 - 09h00 Reunião por videoconferência

parceria com o Serviço Social do Comércio - SESC. Destacou a importância do trabalho de criação da CT-EA a partir da CT-RN que também melhorou os trabalhos dos Comitês PCJ. **c) Nelson Luiz Neves Barbosa (Fundação Florestal / Terceira Via) Coordenação mandato: 1997/99 (coordenador):** parabenizou a todos e relatou sua experiência na CT-RN e seu trabalho na escrita de três livros com a temática do planejamento econômico e ambiental e das lições da crise hídrica. Relatou também a experiência na época da CT-RN onde poucos eram chamados a atuar na proteção dos mananciais. Explicou a importância de se realizar recuperação em áreas de microbacias em áreas pilotos como estratégia de mobilização da sociedade; **d) Rinaldo de Oliveira Calheiros (IAC/APTA/SAA / Sinergia Consultoria Ambiental). Coordenação mandatos: 2009/11 (adjunto) e 2013/15 (coordenador):** agradeceu a oportunidade de estar presente nesta reunião comemorativa e parabenizou os demais coordenadores, anteriores e atual, que geraram bons resultados na conservação dos mananciais das Bacias PCJ e apresentou o livro “Fundamentos da Produção de Água” que foi escrito a partir das experiências compartilhadas na CT-RN e que contou com o apoio da Agência PCJ; **d) Cláudia Grabher (ELO Ambiental / INEVAT). Coordenação mandatos: 2013/15 (adjunta); 2011/13 e 2015/17 (coordenadora):** parabenizou pela apresentação e lembrou o trabalho fraterno realizado pelos ex-coordenadores passando pelas fases da crise hídrica, renovação da outorga do Sistema Cantareira, proteção da região do Tanquã em Piracicaba/SP e no desafio da sensibilização dos demais membros dos Comitês PCJ para a restauração dos mananciais. Destacou também o importante resultado do início do trabalho conjunto com a CT-Rural que tantas interfaces possuem em comum. E destacou o trabalho atual de sensibilização dos cidadãos para a questão da drenagem com o incentivo para a infiltração de água nos territórios; **e) demais ex-coordenadores:** O Sr. Demarchi justificou a ausência de outros ex-coordenadores que justificaram não poder estar presentes: Márcia Calamari (DEPRN) – mandato 1995/97; Arlet Maria de Almeida Nassif (PM de Piracicaba) – mandato 1999/2001; **5. Palavra Aberta – Discussões – Conclusões - Encaminhamentos:** pelo decorrer da reunião, não houve manifestações de palavra aberta; **6. Encerramento:** Assim, o coordenador da CT-RN, João José A. de A. Demarchi agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 100ª Reunião Ordinária.



João José Assumpção de Abreu Demarchi
Coordenador da CT-RN

Petrus Bartholomeus Weel
Coordenador-adjunto da CT-RN

Henrique Bellinaso
Secretário da CT-RN